



Formulação das políticas públicas para os museus nos governos democráticos populares do século XXI:

Argentina – Brasil – Uruguai¹

Ana Ramos Rodrigues²

-
- 1 Este artigo consiste em uma versão revista e aperfeiçoada do texto publicado nos Anais do IX Seminário Internacional de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), em maio de 2018.
 - 2 Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Demanda Social. *E-mail*: anarrodrigues@gmail.com

RESUMO

O texto tem como propósito abordar questões sobre a formulação das políticas públicas para os museus nos países Argentina, Brasil e Uruguai durante o período de 2003 a 2015. Este artigo pretende contribuir com algumas reflexões sobre as análises do processo de constituição de redes para a formulação de políticas públicas para os museus na América Latina no sentido de fortalecer o papel dos museus como instituições centrais para a promoção de políticas para a diversidade cultural e para memórias inclusivas.

Palavras-chave: Políticas Culturais. Museus. Rede de Atores.

ABSTRACT

The purpose of this article is to address issues related to the formulation of public policies for museums in Argentina, Brazil and Uruguay during the period from 2003 to 2015. This article intends to contribute with some reflections on the analysis of the process of forming networks for the formulation of public policies for museums in Latin America to strengthen the role of museums as central institutions for the promotion of policies for cultural diversity and for inclusive memories.

Keywords: Cultural Policies. Museums. Network of Actors.

1 INTRODUÇÃO

No início dos anos de 1970, vivia-se um período de ditaduras e regimes autoritários na América do Sul, com exceção do Chile, então um país democrático e socialista presidido por Salvador Allende. Neste contexto, ocorreu um dos mais importantes encontros da Museologia de toda sua história. Esta reunião, intitulada Mesa Redonda de Santiago de Chile, foi um marco nas discussões sobre o papel social dos museus. Com o título “O papel do Museu na América Latina de Hoje”, e com recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), este encontro reuniu museólogos e especialistas de outras áreas com o objetivo de discutir sobre o desenvolvimento do museu no mundo contemporâneo. A partir deste encontro foram definidos os princípios de base do museu integral, sendo um marco para a Museologia Social.

Este evento proporcionou mudanças para a perspectiva dos museus, sendo reafirmado em 1984 com a Declaração de Quebec que discutiu os princípios de base de uma Nova Museologia que foi adotado pelo I Atelier Internacional Ecomuseu/ Nova Museologia. Apresentando novas práticas museológicas em oposição a uma

museologia de coleções, iniciava-se uma museologia voltada para o caráter social.

Os documentos produzidos em Quebec, Canadá, e em Oaxtepec (1984),³ México, ambos corroboraram com o Movimento da Nova Museologia, criando-se duas perspectivas sobre a área da Museologia: a Museologia Tradicional e a Nova Museologia. A Museologia Tradicional apresenta como base o edifício, as coleções e o público; enquanto a Nova Museologia se diferencia em trabalhar com o território, o patrimônio e a comunidade.

A partir da adoção desta nova perspectiva de trabalhar os museus com a comunidade e o território, estes locais passaram a crescer como espaços e como agentes de fenômenos de afirmação de segmentos sociais, podendo-se perceber isso através das diferentes tipologias de museus existentes, tais como comunitários, ecomuseus, museus de território, museus locais, museus de resistência, museus populares, étnicos, temáticos, museus de direitos humanos e além dos museus tradicionais.

Este aumento de diferentes fenômenos museológicos é fruto destes encontros que se iniciaram nos anos de 1970 na América Latina e esse aumento demonstra uma nova perspectiva dos museus em reivindicar uma afirmação da diversidade cultural e fortalecer a identidade cultural com a ideia de pertencimento a uma determinada coletividade.

As políticas públicas para os museus, influenciadas pelas ideias discutidas na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, voltaram-se para o desafio de construir uma política de integração entre os países ibero-americanos. Estas discussões retornam com maior força a partir do século XXI e culminaram com a “Declaração de Salvador” em 2007, documento que estabeleceu a necessidade de se criar um programa com um espaço para o diálogo e o intercâmbio nos distintos âmbitos de atuação dos museus, visando o reforço na relação entre as instituições públicas e privadas, entre os

.....
3 Neste documento é considerada indissolúvel a relação: território-patrimônio-comunidade.

profissionais do setor museológico ibero-ameriano, além de promover a proteção e a gestão do patrimônio, o intercâmbio de experiências e do conhecimento produzido na área.

Tendo a necessidade de se criar um programa para a integração dos museus entre a região ibero-americana,⁴ foi aprovado o Ibermuseum como iniciativa em 2007,⁵ e foram discutidas as principais diretrizes e ações ainda em novembro do mesmo ano.⁶

Sendo assim, o Programa Ibermuseum foi criado a partir das propostas de linha de ação presentes no documento “Declaração de Salvador” (Brasil) com influencia da Mesa Redonda de Santiago. O Programa Ibermuseum é intergovernamental e foi desenvolvido para o fortalecimento das políticas públicas de museus na Ibero-américa, caracteriza-se como um mecanismo de cooperação e integração dos países signatários por meio de intercâmbios, troca de experiências e avanços na institucionalização de políticas públicas, incluindo grupos sociais deslegitimados pelas narrativas tradicionais, promovendo o respeito aos direitos humanos, à igualdade de gênero, entre outras questões da atualidade, abarcando desde questões locais até problemáticas ibero-americanas e globalizadas. O Programa Ibermuseum⁷ oficialmente iniciou suas atividades somente em 2009, e desde então vem se consolidando como um importante espaço de fomento e articulação de políticas públicas para os museus, além de servir de apoio para a realização de

-
- 4 Estatuto da Iniciativa Ibermuseum – Documento anexo a Ata da Primeira Reunião do Conselho Intergovernamental da Iniciativa Ibermuseum realizada em Brasília, Brasil, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2008.
 - 5 Declaração de Valparaíso – X Conferencia Iberoamericana de Cultura Valparaíso, Chile, 26 e 27 de julho de 2007.
 - 6 Durante a XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de Santiago do Chile, e em outubro do ano seguinte estabeleceu-se o Programa do Ibermuseum quando da realização da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em San Salvador, República de El Salvador. Para saber mais ver: Relatório final: Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo – Reuniões Ministeriais Setoriais. Editado pela: Secretária-Geral Ibero-Americana (2008).
 - 7 O Portal Ibermuseum foi criado como um espaço de difusão das ações realizadas entre os 22 países ibero-americanos participantes do Programa Ibermuseum: para saber mais acesse: <http://www.ibermuseum.org/>

diferentes projetos voltados à mobilização do campo museológico da região, sendo que suas linhas de ação são: Ação Educativa; Apoio ao Patrimônio Museológico em Situação de Risco; Programa de Apoio a Projetos de Curadoria; Observatório Ibero-Americano de Museus; Programa de Formação e Capacitação e Sustentabilidade das Instituições e Processos Museais Ibero-Americanos.

2 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS MUSEUS NA ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI

A construção do Programa Ibermuseus teve sua estruturação dentro das políticas públicas para os museus durante a conjuntura política que acontecia nos primeiros 15 anos do século XXI na América Latina, caracterizados por um fenômeno marcante: a chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças de esquerda. Trata-se de algo novo na história latino-americana, marcada por regimes oligárquicos ou patrimonialistas, por ditaduras ou – no máximo – por governos conservadores formados democraticamente. (SILVA, 2015)

Neste sentido, este estudo situa-se entre os anos de 2003 e 2015 nos governos de Néstor Kirchner (2003–2006) e Cristina Fernández Kirchner (2007–2015) – Argentina;⁸ Luís Inácio Lula da Silva (2003–2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011–2014) – Brasil;⁹ e Tabaré Vasquez (2005–2010) e José Mujica (2010–2015) – Uruguai¹⁰ que caracterizam-se por serem governos democráticos.

-
- 8 Durante este período tiveram como ministro(as) da cultura da Argentina: Torcuato Di Tella Secretário de Cultura de la Nación Argentina (2003-2004); José Nun – Secretário de Cultura de la Nación Argentina (2004-2009); Jorge Edmundo Coscia, Secretário de Cultura de la Nación Argentina (2009-2014); Teresa Parodi Ministra de Cultura de La Nación Argentina, entre maio de 2014 e dezembro de 2015.
 - 9 Durante este período tiveram como ministro(as) da cultura do Brasil: Gilberto Gil (2003-2008); Juca Ferreira (2008-2010); Ana Buarque de Holanda (2011 até setembro de 2012); Marta Suplicy (setembro de 2012 até novembro de 2014) e Ana Cristina da Cunha Wanzeler – interina no período de novembro de 2014 a janeiro de 2015.
 - 10 Durante este período tiveram como ministro(as) da Educação e Cultura do Uruguai: Jorge Brovetto (2005-2008); María Simon (2008 - 2010); Ricardo Ehrlich (2010-2015).

Para analisar a formulação destas políticas para museus nestes países, é importante entender a região ibero-americana e sua complexidade, pois o Programa Ibermuseus faz parte de um grande projeto de cooperação cultural ibero-americana aprovado nas Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, denominado “Programas IBER”.¹¹ Estes programas apresentam projetos que são dependentes da Secretaria Geral Ibero-Americana e estão entre os mais relevantes relacionados a diferentes dimensões da expressão artística e cultural que ainda estão em vigor. Então, pode-se destacar o museu como parte de um grande projeto cultural ibero-americano para o fortalecimento das culturas locais num mundo cada vez mais globalizado.

Durante o século XIX, muitos países utilizaram a cultura dentro de um grande projeto de formação de uma identidade nacional homogênea. Nesse sentido, o museu – em especial os museus nacionais – foi um importante instrumento na constituição de um discurso de identidade nacional. A formação dos Estados, numa perspectiva ocidental, teria a construção da nação por meio de um sentimento de identidade e pertença de um território.

Segundo Timothy Mitchell (1999), devemos analisar o Estado enquanto um efeito de estrutura. Ou seja, devemos examiná-lo não como uma estrutura real, mas como o efeito poderoso, aparentemente metafísico das práticas que fazem tais estruturas parecerem existir. Na verdade, o Estado-nação é, sem dúvida, o efeito estrutural primordial da era técnica moderna. Inclui dentro de si muitas das instituições particulares já discutidas, como exércitos, escolas e burocracias. Para Mitchell (1999), a maior presença do Estado, dentro das suas várias formas, é a forma de uma estrutura que

.....
11 Os “Programas IBER” se configuram entre: O Ibermedia (1996): Programa de Apoio a Criação de um Espaço Audiovisual Americano; Iberarquivos (1999): Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Iberoamericanos; Iberscena (2006): Programa de Desenvolvimento em Apoio à Construção do Espaço Cenográfico Ibero-Americano; Ibermuseus (2007); Iberbibliotecas (2011) Programa Ibero-Americano de Cooperação em Bibliotecas Públicas.

parece se distanciar do mundo social e proporcionar uma estrutura externa. Uma característica da governamentalidade moderna, por exemplo, é a fronteira. Ao estabelecer uma fronteira territorial para circunscrever uma população e exercer um controle absoluto sobre o movimento por ela, os poderes governamentais definem e ajudam a constituir uma entidade nacional. No caso desta pesquisa, temos a região ibero-americanana com o viés cultural para que ela seja analisada dentro de uma estratégia de política de desenvolvimento, que cria um território simbólico dos museus demarcado pela diversidade cultural que vai além das fronteiras.

A antropóloga Karina Kuschnir (1997, p. 163) defende que “a abordagem da política pela antropologia explica como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política”. Para a autora, a antropologia pode contribuir nesse debate, porque sua principal tarefa é estudar não o que a política deve ser, mas o que ela é para um determinado grupo, em um contexto histórico e social específico.

Já Cris Shore (2010) aborda como a antropologia pode prover uma perspectiva crítica para compreender a maneira como as políticas funcionam dentro do(s) Estado(s): como símbolos, estatutos de legitimidade, tecnologias políticas, formas de governabilidade e instrumentos de poder que muitas vezes ocultam os seus mecanismos de funcionamento burocrático. Conforme o autor, a antropologia tende a destacar a complexidade e a desordem dos processos de formulação de políticas, em particular as formas ambíguas e muitas vezes contestadas em que as políticas são promulgadas e recebidas pelas pessoas. Assim, as políticas acabam reformulando a relação entre indivíduos, Estado e sociedade.

Construído como um mecanismo de intenções, geralmente chamado de tomada de regras, tomada de decisão ou política de estado, torna-se essencialmente um domínio subjetivo de planos, programas ou ideias. Essa construção subjetiva mapeia a distinção

problemática entre a sociedade e as distinções aparentemente mais óbvias que fazemos entre o subjetivo e o objetivo, entre o ideológico e o material, ou mesmo entre o significado e a realidade.

A análise da formulação de políticas públicas pode ser definida como “práticas e formas organizacionais através das quais as políticas são geradas”. (SHORE, 2010, p. 25) Neste sentido, para uma análise pelo viés da antropologia política, torna-se essencial a análise dessas formas organizacionais e práticas socioculturais.

Conforme Cris Shore (2010), quando decidimos estudar os formuladores de políticas e a operação efetiva de sua elaboração. Algumas questões tornam-se importantes para uma análise: concentramo-nos nas instituições que formulam as políticas ou em funcionários que formulam políticas públicas, ou em categorias específicas do indivíduo e seu comportamento?

Conforme Ana Cláudia N. Capella (2007), na área de políticas públicas, existem dois modelos mais expressivos para explicar como as agendas governamentais são formuladas e alteradas: o Modelo de Múltiplos Fluxos desenvolvido por John Kingdon (2003) e o Modelo de Equilíbrio Pontuado criado por Frank Baumgartner e Brian Jones (1993). No primeiro modelo procura-se responder à seguinte questão: por que alguns problemas se tornam importantes para um governo? No segundo modelo, procura-se criar um mecanismo que permita a análise tanto de períodos de estabilidade, como aquele em que ocorrem mudanças rápidas no processo de formulação de políticas públicas.

Para Fligstein e McAdan (2012), as mudanças acontecem num determinado campo a partir de atores coletivos, pessoas que possuem relações e compartilham das mesmas ações estratégicas, e assim legitimam as regras que governam e a ação no campo. Neste sentido, essas teorias analíticas confirmam a motivação de um grupo de profissionais e pesquisadores e atores políticos por mudanças nas políticas voltadas para os museus.

No caso brasileiro, as mudanças no cenário das políticas públicas voltadas para os museus no Brasil começaram em maio de 2002, na cidade de Rio Grande, durante a comemoração dos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Tendo como tema Museus e Globalização, a questão central a ser debatida no fórum foi: *Qual a função social do museu?* Durante o evento ocorreram debates sobre a implantação de políticas culturais amplas em todo o país e uma política que possibilitasse discutir o setor museológico. Nesta perspectiva, foi aprovado durante a assembleia do encontro um documento denominado “Carta de Rio Grande”, assinada em torno por 200 participantes, representando as esferas federal, estadual e municipal. As principais motivações para a elaboração da carta foram a preocupação com o desamparo que as instituições museológicas vinham sofrendo e a busca de uma efetiva implementação das políticas públicas para garantir a sobrevivência das instituições que guardam a memória da sociedade. Este documento previa uma política pública de inclusão social e democrática para construção da memória nacional e preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em 2002, o Conselho Federal de Museologia (COFEM) elaborou o documento “Imaginação Museal a Serviço da Cultura”, e junto com a “carta de Rio Grande” fundamentou a Política Nacional de Museus.

As mudanças na área da cultura estão presentes dentro do contexto internacional que nas últimas décadas vem sendo redesenhado e se destacando. Reafirmando a teoria de Sabatier e Weible (2007), que as mudanças nas políticas públicas acontecem numa perspectiva temporal de uma década ou mais. Esta teoria analítica trata das coalizões de defesa, modelo que procura compreender a formulação e os padrões de políticas públicas, entendendo que as políticas públicas nas sociedades contemporâneas são complexas, tanto substantivas como legalmente, pois envolvem conflitos de metas, importantes disputas técnicas, múltiplos atores e variados níveis de governo.

Para Ingram, Schneider e Deleon (2007), a teoria da construção social e do desenho de políticas foi desenvolvida para entender melhor por que as políticas públicas, às vezes, não conseguem cumprir seus objetivos de resolver problemas públicos, apoiar instituições democráticas ou produzir maior igualdade de cidadania. Esta teoria analisa como as políticas públicas são aplicadas a grupos-alvo construídos de forma diferente, sobre como o governo se comporta e como eles provavelmente serão afetados pelo governo. A importância de se pensar em um público alvo, no momento da elaboração de uma política pública, é um dado muito importante quando se pensa em uma política pública inclusiva.

Conforme a teoria dos campos (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012), um campo de ação estratégico é uma ordem social mesoeconômica – que pode ser individual ou coletiva – construída de forma que os atores estão sintonizados com o interagir uns com os outros com base compartilhada – o que não quer dizer consensual – entendimentos sobre os efeitos do campo, relações com outros no campo – incluindo quem tem poder e por que –, e as regras que regem a ação legítima no campo. Um campo estável é aquele em que os principais atores são capazes de se reproduzir nele durante um longo período de tempo.

No caso Uruguaio, para dar andamento na política pública para os museus, foi realizado o Primeiro Censo de Museus em 2007, que demonstrou a situação dos museus uruguaiois, assim revelou as deficiências nos recursos econômicos e humanos dessas instituições. Este diagnóstico marcou a necessidade de elaborar uma política unificada, que regulasse e controlasse o funcionamento dos museus públicos e privados em todo o país, a qual só poderia ser implementada através de uma legislação debatida entre todas as partes interessadas, cuja discussão central foi a formação de um Sistema Nacional de Museus.

Estas mudanças nas políticas públicas na área museológica foram um marco normativo no campo dos museus. Assim como Campbell

(2002) apresenta na sua teoria: ideias normativas consistem em suposições tomadas como certas sobre valores, atitudes, identidades e outras “expectativas compartilhadas coletivamente” e se encontram no fundo dos debates sobre políticas. Os valores dos formuladores de políticas, normas e crenças podem afetar a sua posição sobre as políticas públicas, ajudando-os a decidir quais políticas são as mais adequadas.

Um dos temas mais importantes, sendo tratado pela Unesco,¹² é a diversidade cultural. Neste sentido é importante pautar as demandas colocadas frente às práticas culturais voltadas para a diversidade cultural no âmbito internacional.

As políticas para museus encontram-se localizadas dentro desta dimensão da política, sendo possível identificar a relação da política para museus na respectiva política cultural nos governos dos países a serem investigados e seus atores políticos.

A política pública é o resultado de um longo processo que envolve muitos interesses diferentes. Assim sendo, o processo específico de circulação de bens patrimoniais numa sociedade somente pode ser chamado de política pública quando é incorporado à política estatal. Para Alexandre Barbalho (2016), mesmo a Unesco exercendo um papel importante em estabelecer um padrão internacional de atuação dos Estados sobre a cultura, ainda sim, é preciso estar atento aos múltiplos entendimentos que se têm sobre “política cultural”, conceito ainda pouco trabalhado.

Para Néstor Garcia Canclini (1987, p. 26), política cultural é:

[...] um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer

12 Documentos como *Nossa Diversidade Criadora*, de 1996; *Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*, instituído pela Unesco; Estocolmo “Conferência Mundial de Políticas Culturais”, de 1998; a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, de 2001; a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, de 2005.

as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.

Para Canclini (1987), a política cultural não está somente vinculada ao governo, mas também a outras instituições. Neste sentido, as políticas públicas são vistas como posturas do poder frente às demandas sociais e para o campo da cultura, trabalhando o desenvolvimento simbólico, a satisfação das necessidades culturais da população e contribuindo para algum tipo de ordem ou transformação social.

Albino Rubim (2007) defende que a política cultural só poderá ser considerada uma política pública se ela for submetida a algum controle social, através de debates e crivos públicos. Neste sentido, é importante refletir sobre o envolvimento dos atores no processo de construção de políticas públicas para a cultura, analisando os canais que foram abertos para o diálogo com a sociedade.

3 Os Atores no Processo de Políticas Públicas para os Museus

A formulação de políticas públicas ocorre com diferentes atores políticos no seu processo de estruturação, no caso da política para os museus, a sua construção pode ser estudada por meio uma rede de atores.

Estas categorias de diferentes atores dentro da análise de políticas públicas podem ser trabalhadas da seguinte forma: comunidades de políticas públicas, comunidade epistêmica, redes e mídias sociais e coalizões de defesa.

Para identificar os diferentes atores dentro do processo das políticas para os museus entre os países Argentina, Brasil e Uruguai com suas diferentes realidades. O período de análise, entre 2003 e 2015, concentra-se para o momento político de governos populares democráticos nesses países.

Desta forma, apresentam-se os governantes e os seus respectivos ministros e secretários dos governos analisados neste período

como sendo a comunidade de políticas públicas, a qual compartilha interesses e identidades comuns, mas também com interesses conflitantes, sendo atores políticos importantes na construção das políticas para os museus nos países pesquisados. No Quadro 1, apresentam-se os atores que participaram deste processo na formulação dessas políticas para os museus.

Quadro 1 - Governos e Ministros / Secretários da Cultura (2003-2015)

PAÍSES	ARGENTINA	BRASIL	URUGUAI
GOVERNOS	Néstor Kirchner (2003-2006) Cristina Fernández Kirchner (2007-2015)	Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)	Tabaré Vasquez (2005-2010) José Mujica (2010-2015)
MINISTROS / SECRETÁRIOS DA CULTURA	1. Torcuato Di Tella (2003-2004); 2. José Nun (2004-2009); 3. Jorge Edmundo Coscia (2009-2014); 4. Teresa Parodi (maio de 2014 – dezembro de 2015)	1. Gilberto Gil (2003-2008); 2. Juca Ferreira (2008-2010); 3. Ana Buarque de Holanda (2011- até setembro de 2012); 4. Marta Suplicy (setembro de 2012 até novembro de 2014) ; 5. Ana Cristina da Cunha Wanzeler - interina (novembro de 2014 a janeiro de 2015).	1. Jorge Brovetto (2005- 2008); 2. María Simon (2008 – 2010); 3. Ricardo Ehrlich (2010-2015)

Fonte: elaborado pela autora.

Os atores políticos que atuaram na construção destas políticas públicas para os museus são apresentados na trajetória da construção dessas políticas. Os representantes dos encontros são apresentados como grupos de interesse no processo das formulações das políticas, destacando-se os seguintes representantes de Argentina, Brasil e Uruguai nos encontros Ibero-americanos de Museus.

Quadro 2 - Representantes dos Encontros Ibero-americanos de Museus (2007-2014)

ENCONTRO	ARGENTINA	BRASIL	URUGUAI
I ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS (2007)	Americo Juan Castilla Director General del Patrimonio Cultural	José do Nascimento Júnior Diretor do departamento de Museus e Centros Culturais-DEMU/IPHAN	Alejandro Giménez Coordenador de Museus Dirección de Cultura MEC
II ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS (2008)	Marta Germani Directora do Museu Nacional Sarmiento	José do Nascimento Júnior Diretor do departamento de Museus e Centros Culturais-DEMU/IPHAN	Alejandro Giménez Coordenador de Museus Dirección de Cultura MEC
III ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS (2009)	Argentina José Pérez Gollán Secretário de Cultura da Nação	José do Nascimento Júnior Instituto Brasileiro de Museus Ministério da Cultura	Alejandro Ansín Cabrera Direção Nacional de Cultura Ministério de Educação e Cultura
IV ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS (2010)	Sem representante.	José do Nascimento Júnior Instituto Brasileiro de Museus Ministério da Cultura	Javier Royer Direção Nacional de Cultura Ministério de Educação e Cultura
V ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS (2011)	Claudia Cabouli Coordinadora General Dirección Nacional de Patrimonio y Museos Secretaría de Cultura	José do Nascimento Junior Presidente do Instituto Brasileiro de Museus y del Comité Intergubernamental del Programa Ibermuseos MinC	Javier Royer Direção Nacional de Cultura Ministério de Educação e Cultura
VI ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS (2012)	Claudia Cabouli Coordinadora General Dirección Nacional de Patrimonio y Museos Secretaría de Cultura	José do Nascimento Junior Presidente do Instituto Brasileiro de Museus y del Comité Intergubernamental del Programa Ibermuseos	Javier Royer Coordenador do Projeto Sistema Nacional de Museus Direção Nacional de Cultura Ministério de Educação e Cultura
VII ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS (2013)	Sem representante.	Angelo Oswaldo de Araujo Santos Presidente do Comité Intergovernamental do Programa Ibermuseos e do Instituto Brasileiro de Museus Ministério da Cultura	Javier Royer Coordenador do Projeto Sistema Nacional de Museus Direção Nacional de Cultura Ministério de Educação e Cultura

ENCONTRO	ARGENTINA	BRASIL	URUGUAI
VIII ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS (2014)	Claudia Cabouli Coordenadora Geral Direção Nacional de Patrimônio e Museus Ministério da Cultura Presidencia da Nação	Angelo Oswaldo de Araujo Santos Presidente do Comitê Intergovernamental do Programa Ibero-museus e do Instituto Brasileiro de Museus Ministério da Cultura	Javier Royer Coordenador do Projeto Sistema Nacional de Museus Direção Nacional de Cultura Ministério de Educação e Cultura

Fonte: elaborado pela autora.

O Programa Ibero-museus, no qual as políticas públicas para os museus avançaram aos países ibero-americanos, foi construído por meio de encontros intergovernamentais e encontra-se vinculado à Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib) e é dirigido por um Comitê Intergovernamental integrado por representantes de 12 países membros.¹³ Conta com a colaboração administrativa da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), além do apoio financeiro da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid). Dentro desta estrutura encontra-se a sua Unidade Técnica, a qual é responsável pela execução dos Planos Operacionais Anuais e pelo funcionamento do programa.

Conforme Fligstein e Mcadam (2012), o campo de ação estratégica poderá ser construído ou não sobre coerção, competição ou cooperação. Na coerção implica a ameaça ou o uso real da força física ou a retenção de recursos valorizados; na competição ocorre quando grupos diferentes disputam vantagem sem recorrer à violência; e a cooperação envolve a construção de uma coalizão política para manter junto o campo de ação estratégica.

No caso dos países investigados, a ação estratégica se construiu na cooperação internacional envolvendo uma coalizão política, sendo realizada com diferentes atores de cada país, que, no caso brasileiro

13 Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, México, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai, e presidido pelo México, a partir de 2016.

e uruguaio, podemos identificar algumas mudanças institucionais no setor dos museus.

Lia Calabre (2007) ressalta a importância de se pensar a construção de políticas de longo prazo e o envolvimento dos agentes atingidos por tais políticas. A base de um novo modelo de gestão está no reconhecimento da diversidade cultural dos distintos agentes sociais e na criação de canais de participação democrática.

A Argentina é um país federal com uma forma de governo democrática representativa e republicana, na qual se reconhecem três níveis no Estado: o federal, o provincial e o municipal.¹⁴ No caso da Argentina, é importante conhecer a sua política cultural, pois não possui uma política nacional específica para museus. Para Rubens Bayardo (2015), as políticas culturais do Estado federal na Argentina ampliaram seu campo de ingerência, indo além dos setores habituais – arte, letras, patrimônio, folclore – e envolveu mudanças na organização institucional. A ênfase foi colocada na diversidade cultural, nos direitos culturais e na cidadania cultural, assim como na identidade nacional, na cultura popular e na cultura comunitária. Uma mudança institucional expressiva ocorreu em 2014,¹⁵ quando a Secretaria da Cultura da Nação (SNC) passou a ser Ministério da Cultura.

A Argentina, em conjunto com outros países latino-americanos, incluiu a questão da diversidade cultural na reforma da Constituição Nacional de 1994. Em 2011, a SNC adotou um novo organograma, com a criação da Secretaria de Políticas Socioculturais, incorporando a Secretaria Nacional de Promoção de Direitos Culturais e Diversidade Cultural e a Secretaria Nacional de Participação e Organização Popular. Estas diferentes iniciativas trabalharam para a inclusão de grupos marginalizados podendo isso ser observado nos programas que foram criados para os povos indígenas,

.....
14 Argentina possui 23 províncias e uma Capital Federal – a Cidade Autônoma de Buenos Aires – tendo cerca de 2200 municípios.

15 A mudança ocorreu em 6 de maio de 2014 através do Decreto de Necessidade e Urgência nº 641/2014, do Poder executivo nacional.

afrodescendentes e a “Argentina dos Mais Velhos”. (BAYARDO, 2015)

No Uruguai, as grandes mudanças em termos de implementação e desenvolvimento de políticas públicas de cultura começaram com a ascensão do primeiro governo progressista em 2004. Conforme Klein, Zamorano e Rius (2015), as políticas culturais no Uruguai adquiriram um papel estratégico para o desenvolvimento do país, sendo o período entre 2005 e 2014 de inflexão em termos de legislação cultural.

Em relação à comunidade epistêmica, no caso desta pesquisa, a parte acadêmica está interligada ao Subcomitê Regional do Comitê Internacional de Museologia (Icofom), para a América Latina e o Caribe (Icofom Lam), criado para realizar congressos e reuniões anuais e divulgar seus trabalhos por meio de revistas científicas. Este Comitê foi organizado por Nelly Decarolis (Argentina) e Tereza Scheiner (Brasil), que foram encarregadas de formar um grupo de trabalho para as suas respectivas regiões. Em novembro de 1990, reunidas no Rio de Janeiro, Brasil, planejaram e programaram a criação e implementação do grupo regional – que desde então se denominou Icofom Lam. O objetivo do Icofom Lam é promover e documentar os estudos sobre Teoria Museológica na América Latina e no Caribe, permitindo desta forma maior participação dos membros nas atividades e trabalhos do Comitê, por meio de discussão acadêmica, publicações e intercâmbio profissional.

Os câmbios mais importantes na política para os museus se deram nas legislações, nas mudanças institucionais e na atuação de atores políticos com conhecimento teórico em políticas públicas culturais, na influência de órgãos internacionais, tais como Unesco, Icom,¹⁶ OEI, Segib, Aecid na construção das políticas públicas para os museus, nos encontros ibero-americanos e nas recomendações sobre as políticas para os museus.

.....
16 Conselho Internacional de Museus.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes encontros e acordos governamentais para a área da cultura – e mais especificamente no âmbito dos museus – tiveram seus avanços mais expressivos nas últimas décadas.

Este texto apresentou algumas questões sobre a formulação das políticas públicas para a área museológica dentro da conjuntura dos acordos de cooperação internacional por meio do Programa Ibermuseum, entre os países Argentina, Brasil e Uruguai. Reorientando suas políticas culturais em um sentido mais amplo, esses países participaram destes encontros e acordos, assim pretendeu-se compreender o lugar da política para museus nesses países, nas primeiras décadas do século XXI, na América Latina.

No âmbito dos museus, a criação de legislações e programas que aportam a diversidade cultural, uma vez avançada a legislação, os grandes desafios interpostos aos países, consiste na aplicabilidade de suas diretrizes e na manutenção das políticas públicas culturais de modo geral, em um contexto marcado pelo rápido avanço conservador nos países sul-americanos, onde as políticas públicas cada vez mais estão subordinadas aos interesses privados.

Assim sendo, analisando a formulação das políticas públicas para os museus e suas legislações nacionais para o campo da cultura – e, por conseguinte, para os museus –, suas respectivas transformações e os atores políticos, é possível visualizar as modificações que o papel do museu e da museologia latino-americana – tendo como centro de análise a brasileira, a argentina e a uruguaia – tiveram ao longo do tempo, bem como a relevância da instituição museológica dentro do entendimento das políticas culturais de maneira geral.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, A. *Política cultural e desentendimento*. Fortaleza: IBDCult, 2016.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. *Agendas and instability*, in *American politics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BAYARDO, R. A política cultural na Argentina do século XXI. *Revista Observatório Itaú Cultural: Perspectivas Sobre Política e Gestão Cultural na América Latina*, São Paulo, n. 18, p. 46–51, 2015.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUE, E. (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 87–122.

CAMPBELL, J. L. Ideas, Politics, and Public Policy. *Annual Review of Sociology*, [s.l.], 2002. p. 21–38.

CALABRE, L. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011–2014. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015.

CANCLINI, N. G. *Políticas Culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1987.

FLIGSTEIN, N.; McADAM, D. *A Theory of Fields*. New York: Oxford University Press, 2012.

IBERMUSEUS, Declaração Final, 3., ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS, 2009, Santiago do Chile, *Anais [...]*. Santiago do Chile: Comunidade Ibero-americana, 2009.

IBERMUSEUS, Declaração da Cidade de Salvador, 1., ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS, 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Programa Ibermuseum, 2007.

KINGDON, J. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 3rd. New York: Harper Collins, 2003.

KUSCHNIR, K. Antropologia e Política. *Revista Brasileira de Ciências sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, jun. 1997, p. 163167.

KLEIN, R.; ZAMORANO, M.; RIUS, J. Algumas reflexões em torno da construção de modelos de políticas culturais. *Revista Observatório Itaú Cultural: perspectivas sobre política e gestão cultural na América Latina*, São Paulo, n. 18, 2015.

INGRAM, H.; A. L. SCHNEIDER; DELEON, P. Social construction and policy design. In: SABATIER, P. A. (ed.). *Theories of the policy process*, Cambridge, MA: Westview Press, 2007. p. 93–126.

MITCHELL, T. Society, Economy and the State Effect. In: STEINMETZ, G. (ed.). *Stateformation after the Cultural Turn*. New York: Cornell University Press, 1999. p. 76-97.

NASCIMENTO JUNIOR, J. do; TRAMPE, A.; SANTOS, P. A. dos (org.). *Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília, DF: IBRAM: Programa Ibermuseos, 2012.

SILVA, F. P. da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. *Revista SURES*, [s.l.], n. 5, p. 67-94, 2015.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. The advocacy coalition framework: innovation and clarifications. In: SABATIER, P. A. (org.). *Theories of the policy process*, Cambridge: Westview Press, 2007. p. 189-220.

SHORE, C. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la formulación de las política. *Antipoda: Revista de Antropología y Arqueología*, Bogotá, n. 10, p. 21-49, jan. 2010.